



Súmula da 3.^a Reunião do
Comité de Acompanhamento do
Programa Regional
Madeira 2030



ÍNDICE

| | |
|--|---|
| Ordem de Trabalhos (OT) | 2 |
| Informações Gerais..... | 2 |
| Funcionamento do Comité de Acompanhamento – auscultação de sugestões e propostas dos membros..... | 4 |
| Ponto de situação das Condições Habilitadoras do Madeira 2030..... | 5 |
| Progressos alcançados no PO Madeira 14-20 e no Madeira 20-30..... | 5 |
| Ponto de situação da RIS3 Madeira | 6 |
| Ponto de situação da implementação do Plano de Avaliação da Madeira 2030..... | 7 |
| Apresentação do 9.º Relatório da Coesão Económica Social e Territorial da Comissão Europeia..... | 8 |

Súmula da 3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional Madeira 2030 (Madeira 2030)

Ao décimo oitavo dia do mês de junho de dois mil e vinte quatro, pelas 10h00, iniciou-se a 3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento (CA) do Programa Regional da Madeira para o período 2021-2027, adiante designado por “Madeira 2030”, no Hotel Meliã Madeira Mare, no Funchal, tendo comparecido os elementos identificados na lista de presenças que corresponde ao Anexo I - Lista de Presenças.

Ordem de Trabalhos (OT)

A Ordem de Trabalhos (OT) foi previamente comunicada aos membros do Comité de Acompanhamento, por escrito, em sede de convocatória, contemplando os seguintes pontos:

1. Informações Gerais
2. Ponto de situação das Condições Habilitadoras do Madeira 2030
3. Progressos Alcançados no PO Madeira 14-20 e no Madeira 2030
4. Ponto de situação da RIS3 Madeira
5. Ponto de situação da implementação do Plano de Avaliação do Madeira 2030
6. Apresentação do 9.º Relatório da Coesão Económica Social e Territorial da Comissão Europeia
7. Funcionamento do Comité de Acompanhamento – auscultação de sugestões e propostas dos membros
8. Outros assuntos

2

De acordo com a proposta da Comissão Europeia, foi alterada a organização dos pontos da Ordem de Trabalhos, reposicionando o ponto 7 para o número 2, proposta que foi aprovada por unanimidade dos membros do CA (Anexo 2 – Ordem de Trabalhos), estando os seus conteúdos sistematizados na Apresentação efetuada na reunião, que será disponibilizada no site do Madeira 2030.

Informações Gerais

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou que já foi publicada alguma da regulamentação necessária para a implementação do Madeira 2030, nomeadamente o Regulamento Específico do Fundo Social Europeu e o Regulamento Específico do Sistema de Incentivos à Inovação Produtiva.

Informou, ainda, que no âmbito do Fundo Social Europeu, já foram lançados avisos e estão a ser desenvolvidas atividades necessárias tendo em vista a concretização dos objetivos do Programa. Relativamente à componente FEDER, a regulamentação relativa aos sistemas de incentivos está a ser revista, estando outros três sistemas de incentivos em fase de elaboração. Referiu que devido à impossibilidade de se efetuar a publicação da regulamentação devido ao contexto político regional, poderão verificar-se atrasos na dinâmica de execução do Programa.

Alexandre Fernandes, AG Madeira 2030, fez uma apresentação sobre os Sistemas de Informação (SI) utilizados no Programa Madeira 2030, as respetivas funcionalidades e as melhorias previstas para os mesmos.

Realçou que todos estes Sistemas estão em contínua evolução e que o suporte técnico aos beneficiários é assegurado pela Linha dos Fundos.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, sobre a reprogramação do Madeira 2030, destacou que esta incluirá as opções de custos simplificados, bem como refletirá as alterações decorrentes das negociações dos Planos de Ação dos Instrumentos Territoriais Integrados (ITI Funchal e ITI Porto Santo). Além disso, referiu a possibilidade de incorporar as disposições do regulamento STEP, decisão essa que ainda está pendente.

Ricardo Figueira, AG Madeira 2030, começou por apresentar o conceito de Opções de Custos Simplificados (OCS) e informar de quais as possíveis OCS para o período de programação 2021-2027 (custos unitários, montantes fixos e taxas fixas). Realçou a importância da aprovação do máximo de OCS, considerando os benefícios para todos os intervenientes no processo de validação de despesa, incluindo a Autoridade de Gestão e os OI mas, essencialmente, para os beneficiários.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, retomou o ponto relativo à reprogramação do Programa para explicar as duas formas possíveis de aplicabilidade do regulamento relativo à Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP) no Madeira 2030, reconhecendo que o perfil de especialização produtiva da Região não se coaduna com as prioridades identificadas pelo mesmo.

Laurent Sens, DG EMPLOI, realçou a importância da leitura dos relatórios por País, no âmbito do Semestre Europeu, em especial o de Portugal, considerando que serão publicadas recomendações que deverão ser tidas em conta no processo de revisão do Programa.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a recomendação e assumiu a responsabilidade de disponibilizar a todos os elementos do Comité os relatórios

mencionados e ainda, integrar na área reserva do CA toda a informação relativa ao desenvolvimento e funcionamento do Programa.

Funcionamento do Comité de Acompanhamento – auscultação de sugestões e propostas dos membros

Maria João Monte, AG Madeira 2030, enfatizou que é uma preocupação da AG a dinamização do funcionamento do CA e, nesse sentido, foi desenvolvido um conjunto de questões a serem apresentadas ao Comité. Informou que após a análise das respostas obtidas será apresentada uma proposta de alteração à composição e forma de funcionamento do CA Madeira 2030. Da participação e auscultações dos membros do CA, resultaram os seguintes resultados/sugestões:

- **Direito a voto CA da Madeira 2030**

Através desta primeira questão, verificou-se que todos os presentes tinham conhecimento do seu direito ou não a voto.

- **Número de reuniões em que os membros estiveram presentes**

Verificou-se que existe um nível escasso de fixação dos elementos do Comité, razão pela qual foi incentivado o debate sobre esta temática.

- **Elementos-chave para reforçar e consolidar um modelo de parceria ativa no funcionamento do CA do Madeira2030**

Os membros do CA identificaram como elementos-chave: a capacitação, os grupos temáticos, o envolvimento, a comunicação, a continuidade de atividades entre reuniões do CA, a dinamização de grupos pequenos e discussão de temas transversais.

- **Participação em grupos de trabalho temáticos**

A maioria dos membros do Comité manifestou a sua concordância com a criação e participação em grupos temáticos, uma vez que, atendendo ao carácter abrangente das reuniões do CA, não é possível aprofundar as temáticas.

Estas posições foram reforçadas pelo representante da AREAM, que considerou que o desenvolvimento de um trabalho contínuo permitiria uma maior reflexão e identificação de oportunidades de melhoria para trabalhos futuros, bem como pelo representante da UI EREI-RAM, que salientou a pertinência e utilidade dos grupos temáticos, permitindo a preparação da reunião do Comité, que poderão traduzir-se em vantagens para os membros, nomeadamente na redução da duração das reuniões do Comité.

- **Pertinência das visitas aos projetos cofinanciados**

A maioria dos membros do Comité expressou a sua concordância com a realização das visitas e salientaram a sua pertinência, essencialmente por permitirem ao CA uma melhor compreensão dos trabalhos concretizados e das melhorias trazidas para a Região através dos fundos europeus.

Foram também apresentadas sugestões no âmbito da realização das visitas, nomeadamente que se realizem em data distinta à da realização do Comité.

- **Participação de oradores externos nas reuniões do CA**

Verificou-se a concordância da maioria dos presentes relativamente ao contributo aportado pela participação de oradores externos em temáticas específicas nas reuniões do CA.

- **Sugestões para melhorar o funcionamento e participação no CA**

As sugestões apresentadas apontam para a necessidade de melhorias na preparação prévia das reuniões do CA, com a calendarização antecipada das reuniões.

Cláudia Joaquim, AD&C, referiu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido entre a AD&C e as Autoridades de Gestão na compilação uma série de notas técnicas de parceria e capacitação dos membros do Comité, salientando a importância da participação dos elementos para melhor compreenderem que iniciativas/boas práticas devem ser implementadas nos diferentes momentos do Comité.

Ponto de situação das Condições Habilitadoras do Madeira 2030

Mafalda Ferreira, AD&C, efetuou um ponto de situação detalhado das condições habilitadoras do Programa Madeira 2030, realçando os progressos positivos em várias áreas e explicando que ainda existem questões pendentes que não permitiram o seu efetivo cumprimento, designadamente nas áreas da energia, resíduos e saúde. A AD&C tem articulado com a Comissão Europeia por forma a harmonizar as respostas das diferentes AG a cada um dos critérios de cumprimento das CH.

Progressos alcançados no PO Madeira 14-20 e no Madeira 20-30

Progressos alcançados no PO Madeira 14-20

Ricardo Manica, AG Madeira 2030, começou por informar que o Programa se encontra em fase de encerramento e os resultados até à data evidenciam uma absorção integral dos fundos disponíveis. Referiu a execução de cerca de 200 milhões de euros de fundos europeus desde 2021, correspondendo a 42% dos fundos afetos ao Programa. Destacou a utilização das faculdades previstas no regulamento STEP

relativas ao período de programação 2014-2020. Quanto aos indicadores contratualizados, estes encontram-se cumpridos, não sendo aplicáveis penalizações ao Programa por esta via.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, completou a informação explicando a dificuldade em atingir determinadas metas de execução, visto estar a ocorrer em paralelo a operacionalização do PPR e o arranque do Programa Regional Madeira 2021-2027.

Progressos alcançados no PO Madeira 2030

Maria João Monte, AG Madeira 2030, deixou uma palavra de especial apreço aos Organismos Intermédios, que na sequência das competências delegadas de gestão do Programa, têm prestado respostas céleres e auxiliado na superação dos obstáculos que ocorrem no desenvolvimento do Programa.

Quanto aos critérios de seleção informou estarem formalmente aprovados 30 critérios de um total dos 41 elaborados, em linha com as prioridades do Plano Anual de Avisos (PAA). Este Plano previa serem lançados 51 avisos com uma dotação fundo prevista de 173 milhões de euros, para os primeiros 12 meses, tendo sido possível concretizar 16 avisos, entre setembro de 2023 e maio do ano em curso. Estão previstos lançar, para além de 4 avisos nos próximos dias, mais 17 avisos entre maio e agosto deste ano.

6

Informou que devem ser executados 105 milhões de euros até final de 2025, dos quais 35 milhões este ano (2024) e 70 milhões no próximo ano (2025).

Ponto de situação da RIS3 Madeira

Sara Relvas, Unidade de Implementação da EREI-RAM, fez um ponto de situação da RIS3 Madeira, realçando que a Estratégia aprovada pelo Governo, resulta de uma análise pormenorizada das prioridades temáticas do período anterior (RIS3 RAM 14-20) e da avaliação do contexto económico e do seu Sistema Regional de Inovação.

Em termos de contexto económico da RAM destacou:

- Nível de **desenvolvimento intermédio-baixo** no contexto europeu;
- **Custos associados** ao seu cariz insular e ultraperiférico;
- **Pequena dimensão** do mercado doméstico;
- Domínio do sector do **turismo**.

A definição da Estratégia Regional Especialização Inteligente resulta numa proposta de redução dos oito domínios que existiam na EREI 14-20, para os seguintes **seis domínios**:

- Turismo;
- Recursos e tecnologias do mar;
- Tecnologias digitais e economia 4.0;
- Economia circular, transição energética, ação climática e biodiversidade;
- Agricultura, alimentação e bioeconomia;
- Saúde e Bem-Estar

Complementou ainda que, no âmbito do **novo modelo de governação**, foi criada a **Unidade de Implementação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente** da RAM. Com a implementação da nova estratégia pretende-se o envolvimento e a participação dos diversos atores/agentes (*stakeholders*) numa lógica de quadrupla hélice que potencie o Processo de Descoberta Empreendedora (PDE).

As **Plataformas Regionais de Especialização Inteligente (PREI)**, têm como finalidade o acompanhamento permanentemente da implementação da estratégia, interagindo com a Comissão Executiva em termos de sugestões e recomendações quanto às ações necessárias.

Destacou a **Missão Específica de apoio à RAM** pela Comissão Europeia através do **S3Cop Apoio direcionado às Regiões da EU** e lembrou que a RAM necessita de apoio para compreender e impulsionar as atividades das PREI, mobilizando as partes interessadas, dinamizando as atividades de descoberta empreendedora, monitorizando os seus desenvolvimentos. A Missão Específica de apoio à RAM abrange o apoio às 6 PREI e considerando as características específicas do SRI da RAM.

7

Ponto de situação da implementação do Plano de Avaliação da Madeira 2030

Patrícia Chaves, AG Madeira 2030, fez um ponto de situação sobre implementação do Plano de Avaliação do Madeira 2030. Explicou que o mesmo prevê seis avaliações específicas, mas que, para além destas, a AG do Madeira 2030 participará em 25 avaliações no âmbito do PT2030.

Até ao final do ano de 2024, estão previstas três avaliações da responsabilidade desta AG, especificamente, a Avaliação da RIS3, a Avaliação da Operacionalização do Madeira 2030 e a Avaliação do impacto da dotação adicional do FEDER no tecido empresarial da Madeira.

Deu nota que as peças processuais para as Avaliações relativas à RIS3 e à Operacionalização do Madeira 2030 já se encontram preparadas, aguardando apenas que se reúnam as condições para o lançamento dos procedimentos.

Destacou que a Avaliação da Operacionalização do Madeira 2030 será realizada em duas fases, devido ao atraso na implementação do Programa, à semelhança do que acontece com outros programas do PT2030.

Informou que todos os relatórios de avaliação serão disponibilizados aos membros do Comité, através da área reserva, ou, se necessário, mediante discussão neste fórum.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, agradeceu a apresentação e complementou esclarecendo que, apesar de não serem constituídos formalmente grupos de trabalho, já existe um trabalho de grande proximidade com as áreas setoriais relacionadas com as avaliações em preparação, salientando a intenção de manter esta estreita colaboração nos outros setores.

Carla Leal, AD&C, agradeceu a apresentação e manifestou a sua concordância com a realização da Avaliação da Operacionalização do Madeira 2030 em duas fases, com o intuito de dar cumprimento ao compromisso com a Comissão Europeia.

Relativamente à Avaliação REACT-EU, assegurou que a AD&C em colaboração com as AG, estão a procurar uma solução com vista à apresentação de um produto de avaliação até 31 de dezembro de 2024, dando cumprimento ao compromisso regulamentar.

Apresentação do 9.º Relatório da Coesão Económica Social e Territorial da Comissão Europeia

Marika Sandell, DG REGIO, começou por referir que o 9.º Relatório foi publicado em março deste ano, sendo geralmente publicado de três em três anos. O Relatório indica que, nos últimos anos, a Política de Coesão promoveu a coesão social e económica nas Regiões, especialmente nos novos Estados Membros, onde o PIB per capita aumentou de 52% para mais de 80% da média europeia, refletindo uma melhoria significativa nas condições de vida destes Estados.

Destacou que a Política de Coesão é fundamental no domínio social, por ser impulsionadora de investimentos públicos nesta área, representando 14% dos investimentos da União Europeia no período de 2014-2020.

No que diz respeito ao crescimento económico por regiões, entre 1998 e 2023, em Portugal, o Norte, o Centro e o Algarve apresentam resultados acima da média nacional, enquanto a Madeira, Açores e Alentejo apresentam resultados inferiores à média nacional. Relativamente aos índices de desenvolvimento económico, de 2001 a 2021, em relação à média da União Europeia, a Madeira encontra-se numa posição intermédia.

Miguel Amorim, DG EMPLOI, destacou as melhorias evidenciadas no Relatório, nomeadamente na área da pobreza, do emprego, das qualificações, da promoção da inclusão social, assim como dos desafios do envelhecimento populacional.

Referiu que Portugal é um dos Países com o melhor desempenho relativamente à taxa de desemprego, embora ainda persistam algumas preocupações, nomeadamente no emprego jovem.

No que diz respeito ao envelhecimento, lembrou que Portugal é um dos Estados com as previsões menos animadoras em termos da variação da população, antevendo-se descidas significativas nos próximos anos. Nesse sentido, chamou a atenção para os impactos advindos das alterações demográficas que não se restringem à perda de população.

Marika Sandell, DG REGIO, referiu que a Madeira se encontra na armadilha do desenvolvimento, estando abaixo da média europeia há mais de cinco anos. Sublinhou que um dos principais fatores para as regiões que se encontram nessa situação é o capital humano,

No que diz respeito à pobreza e exclusão social, a situação na União Europeia melhorou comparativamente há uma década. Atualmente, 6,7% das pessoas na UE enfrentam um elevado risco de pobreza. Nas regiões da Madeira e Açores, o nível de risco é entre 30% a 34%.

No âmbito das alterações climáticas verificou-se um incremento na percentagem de pessoas expostas a tempestades, a cheias, à escassez de água e a incêndios florestais. Em Portugal, Espanha e Itália estima-se que pelo menos 70% da população possa ser afetada.

Concluiu com uma reflexão sobre o futuro da Política de Coesão onde referiu a probabilidade de redução da alocação de fundos e, nesse sentido, salientou a importância de se estabelecerem prioridades, nomeadamente na definição dos desafios económicos e sociais na gestão da Política de Coesão, em função das respetivas capacidades administrativas e governamentais.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, informou que até ao final do ano será realizado, na Região, um debate sobre o futuro da Política de Coesão. Salientou a importância da realização de uma reflexão regional estruturada, com o intuito de obter um conjunto de propostas e conclusões a serem apresentadas à Comissão Europeia.

Para concluir, lembrou que os documentos apresentados no presente Comité estarão disponíveis na área reservada e que esperava em breve a disponibilização da ata aos membros do Comité, assim como a respetiva súmula, que estará acessível a todos os cidadãos através da página web do Madeira 2030.

Outros assuntos

Maria João Monte, AG Madeira 2030, antes de encerrar os trabalhos, fez um agradecimento aos membros do CA pela presença nesta reunião e, em particular, à Comissão Europeia, à Coordenação Técnica Nacional, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, e aos colaboradores do Instituto de Desenvolvimento Regional e das entidades associadas à gestão do Programa que permanentemente se empenham na sua operacionalização. Por último, dirigiu uma palavra final de agradecimento à equipa de tradutoras, bem como à equipa técnica de audiovisual.

Laurent Sens, DG EMPLOI, pediu a palavra e sugeriu que nas próximas reuniões fosse dedicado mais tempo à discussão do futuro da Política de Coesão e às recomendações específicas para a Madeira, tendo em vista o aprofundamento dessas questões, bem como a antecipação desses temas na agenda.

Maria João Monte, AG Madeira 2030, aceitou as sugestões e comprometeu-se a organizar as próximas reuniões de forma a permitir debates mais focados sobre o futuro da Políticas de Coesão. Agradeceu a todos os presentes.

A reunião foi encerrada pelas 13 horas.

Anexos

Anexo 1 – Lista de presenças

Anexo 2 – Apresentação da AG



Ficha Técnica

Título: Súmula da 3.ª Reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Regional Madeira 2030

Edição: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

Travessa do Cabido, n.º 16
9000-715 Funchal
Tel.: (+351) 291 214 000

Data de Edição: julho de 2024

Informação disponível em www.idr.madeira.gov.pt

